

PREFÁCIO

O multilinguismo tem sido uma saída em relação à educação e ao desenvolvimento econômico na África negra desde a década de 1960, quando muitos países se libertaram politicamente dos seus colonizadores europeus. A vaga de políticas linguísticas, na maioria dos estados-nação emergentes, visava uma ideologia europeia de um único país, cuja finalidade final seria a desvalorização ou possível erradicação da grande maioria das línguas indígenas, se não todas. Por outro lado, não foi fácil promover uma única língua indígena como língua nacional e oficial de um grande número de línguas faladas pela maioria da população.

Antes do surgimento de regimes políticos de uma parte, sem oposição, as políticas linguísticas eram complicadas pela realidade dos partidos políticos inicialmente baseados na etnia ou regionalismo. A escolha de qualquer língua provocaria alguma desvantagem para falantes das outras línguas. Com algumas exceções, manteve-se a tendência para manter a língua do colonizador Europeu como a língua oficial, porque é uma língua neutral sob ponto de vista étnico e regional, embora apenas uma pequena elite minoritária fale ou escreva com fluência. No entanto, essa política exclui que a grande maioria da população participe nas políticas nacionais devido a limitações linguísticas. Com efeito, esta política perpetua a prática dos colonizadores de governar e administrar as colônias através de alguns auxiliares e intermediários indígenas, o que aliviou os administradores coloniais do ônus de aprender os vernáculos dos indígenas. Desvalorizou as línguas indígenas, que a administração colonial, que se inscreveu na ideologia da “missão civilizadora”, considerou não transmitir cultura, porque não foram escritas e não foram utilizadas na produção de literatura de elite. Em essência, a África parece ter perdido orgulho na ampla gama de suas próprias heranças linguísticas e culturais, que são principalmente orais.

Esta política pós-colonial não só privilegia a classe de elite, mas também despotencializa as línguas indígenas e marginaliza os segmentos de maioria e não elite da população. Não só eles são impedidos de participar de suas políticas nacionais, mas também são condenados a competir apenas por empregos não qualificados, no setor de “colarinho azul” ou para manter a economia vernácula. Esta situação é consequência do fato de que a grande maioria dos estados-nação emergentes também escolheu as mesmas línguas oficiais europeias que a mídia e a educação. Independentemente das condições precárias das escolas, os alunos foram ensinados em idiomas que são estrangeiras e fazem suas experiências de aprendizagem muito mais desafiadoras do que o necessário. Devido aos proble-

mas de linguagem, os sistemas escolares garantiram o sucesso apenas para alguns escolhidos, especialmente aqueles cujos pais podem falar o idioma europeu em casa também. As políticas linguísticas em África criaram assim um círculo vicioso em que as línguas europeias não se espalharam amplamente. Essas línguas são aprendidas mais como sujeitos do que como ferramentas de comunicação e podem ser esquecidas por todos ou ainda abandonadas por aqueles que não precisam delas depois de sair da escola.

As línguas indígenas/autóctones também permaneceram “desempregadas” porque não eram usadas no setor de colarinho branco da economia e/ou em altos níveis de administração pública. A governança continuou na tradição colonial, embora existam culturas nacionais vibrantes que em muitos lugares se desenvolveram em algumas línguas indígenas urbanas. Certamente, essas línguas são poucas no mundo lusófono, com exceção das ilhas onde as línguas africanas tradicionais não sobreviveram ao contato linguístico na violência da escravidão. Em lugares como Cabo Verde, o crioulo é incentivado a ser ensinado no ensino primário, enquanto o português se mantém no ensino secundário.

As políticas linguísticas ainda favorecem mestrados através de línguas europeias, classificando o português metropolitano (cultura) como superior às suas variedades locais indigenizadas. O sucesso na educação formal ainda é difícil para o aluno médio, que a competência linguística é avaliada em relação à norma estrangeira, antiga metropolitana. Embora, em primeiro lugar, existam poucos empregos que paguem bons salários (baseados no domínio das línguas europeias), o fato de os sistemas escolares terem favorecido o português em relação às línguas indígenas impôs uma barreira difícil de superar especialmente para aqueles que vivem em áreas rurais ou nas periferias dos centros urbanos. O acesso à linguagem do poder económico foi assim impedido por políticas linguísticas inadequadas que, privilegiando as línguas europeias sobre os indígenas, não criaram as ecologias corretas para adquiri-las naturalmente.

Já era hora de a África negra investir mais no empoderamento económico e político de suas línguas indígenas, especialmente as principais que funcionam como línguas francas. Já é tempo de serem utilizados em todo o sistema de educação formal, desde a escola primária até ao ensino superior, em todos os setores da administração pública e em todos os setores das economias formais. A África deve operar primeiro nas línguas africanas, embora também seja necessário trabalhar para aprender as principais línguas mundiais, uma vez que as línguas estrangeiras destinam-se a facilitar a comunicação com o mundo exterior, mas não para a comunicação interna. Parte do investimento nas línguas indígenas, incluindo crioulos (porque são nascidos localmente), é claro, intelectual. É por isso que pesquisas

que avançam neste sentido, como no presente volume, são muito bem-vindas porque constituem um marco para mudanças muito necessárias, não apenas em África, mas também mudanças no mundo com relação à África.

Salikoko S. Mufwene
University of Chicago
September 2017